



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

12/06/2013

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	1 - 2
1.2. DECISÕES.....	3 - 5
1.3. JUÍZES.....	6
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. AÇÕES TJMA.....	7 - 8
2.2. DECISÕES.....	9 - 10
2.3. DESEMBARGADORES.....	11
2.4. OBRAS/REFORMAS.....	12
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. AÇÕES TJMA.....	13
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. AÇÕES TJMA.....	14
4.2. COMARCAS.....	15 - 16
4.3. CONVÊNIOS.....	17
4.4. DESEMBARGADORES.....	18 - 19
5. JORNAL O DEBATE	
5.1. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	20 - 22
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. CONVÊNIOS.....	23
6.2. VARAS CRIMINAIS.....	24
7. JORNAL O QUARTO PODER	
7.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	25
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. AÇÕES TJMA.....	26
8.2. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	27
8.3. CONVÊNIOS.....	28
8.4. DECISÕES.....	29
8.5. PUBLICIDADE LEGAL.....	30

PRIMEIRA TURMA DE CURSO PARA CONCILIADORES É ABERTA NA COMARCA DE BACABAL

Foi aberto o I Curso de Formação dos Conciliadores na Comarca de Bacabal. Sob a coordenação do Juiz Marcelo Silva Moreira, titular do Juizado Especial Cível e Criminal e Coordenador dos CEJUSC na comarca, o treinamento, que terá carga horária de 40h e certificado pela ESMAM, tem por objetivo capacitar e habilitar os participantes a funcionarem como conciliadores e mediadores nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania.

O curso, que se estenderá até o dia 21 deste mês, tem como instrutores, juízes e servidor. A solenidade de abertura foi realizada na noite dessa segunda-feira, no salão do júri da comarca, com a palestra "A Política Pública de Tratamento Adequado dos Conflitos", ministrada pelo Juiz Alexandre Lopes de Abreu, coordenador dos CEJUSC em São Luís.

TJMA TERÁ 30 CONCILIADORES EM BACABAL



Estudantes da UEMA e da Faculdade de Educação de Bacabal (FEBAC) iniciaram esta semana curso de Formação de Conciliadores direcionado a quem vai atuar como conciliador nos dois Centros de Solução de Conflitos instalados pelo Tribunal de Justiça (TJMA) naquela comarca. O curso se estenderá até 21 deste mês, no auditório da FEBAC, reunindo 30 universitários das áreas de Direito e Administração. Na aula inaugural, o presidente do Núcleo de Solução de Conflitos, desembargador José Luiz Almeida, ressaltou a importância dos centros de conciliação. "Demandas judiciais estão sendo solucionadas com a implantação de centros no Estado, na perspectiva de alcançarmos a pacificação social", destacou o magistrado.

Eliziane denuncia derrubada de casas sem ordem judicial em São José de Ribamar



➤ "Segundo a parlamentar, a PM deu apoio a ação, mesmo sem ter decisão da Justiça favorável à reintegração de posse"

Pág. 3

Eliziane denuncia derrubada de casas sem ordem judicial em São José de Ribamar

A presidente da Comissão de Direitos Humanos e das Minorias (CDHM), deputada Eliziane Gama (MD) denunciou na manhã desta terça-feira, dia 11 de junho a derrubada de casas no Povoado de Engenho, em São José de Ribamar, sem ordem judicial para a reintegração de posse.

Segundo a parlamentar, a ação de despejo foi realizada com o apoio da Polícia Militar mesmo sem a Justiça ter dado decisão favorável ao ex-deputado que se diz proprietário das terras.

"Nossa preocupação é referente à comunidade do Engenho. Nós fizemos uma visita à comunidade em que cerca de 60 moradores fazem suas plantações e dois dias depois da visita umas pessoas estiveram lá, inclusive com a Polícia Militar e passaram por cima das plantações. E agora foram lá com um trator e derrubaram as casas", relatou a deputada.

Eliziane lembrou que no mês passado a CDH fez uma

visita in loco a área e verificou documentos apresentados pela comunidade, entre eles, o registro de nascimento de pessoas que nasceram na própria localidade. Ela esclareceu que existe uma ação na Justiça, mas não houve nenhuma liminar para a reintegração de posse.

"Há uma ação em curso na Justiça do ex-deputado Alberto Franco, mas não há nenhuma decisão liminar de reintegração de posse. Falamos com a Dr.^a Livia, que é uma juíza que tem sensibilidade com a causa, e ela confirmou que não há nenhuma decisão para a derrubada até o julgamento, somente uma decisão para não haver construção de novas casas", explicou.

Na tribuna a deputada caracterizou a ação como vandalismo e lamentou que a ação mostra que a Assembleia Legislativa está sendo desrespeitada, já que desde o início a Comissão de Direitos Humanos está acompanhando o conflito.

"A Comissão de Direitos

Humanos e esta Casa estão sendo afrontadas e desrespeitadas, porque se não há decisão judicial para isso, por que temos carro da Polícia Militar do Estado do Maranhão fazendo o acompanhamento de tratores que estão derrubando casas e destruindo a plantação dos moradores?", questionou.

Em aparte o deputado Bira do Pindaré (PT) sugeriu que a Comissão de Direitos Humanos requeira o acompanhamento do Ministério Público. Ele explicou ainda que há documentos que provam que a propriedade é dos lavradores.

"É bom que se esclareça que a única decisão que o ex-deputado Alberto Franco tem é referente a outro território que é de Geniparana, e não tem nada haver com Engenho. Nós verificamos isso in loco, Geniparana é uma área, e, Engenho é outra", reforçou.

Eliziane Gama informou que a CDHM já encaminhou documento solicitando que o Ministério Público acompanhe o problema e assegurou que pedirá

a Secretaria de Estado Segurança que verifique o porquê da ação ter sido apoiada por Policiais Militares.

"Por mais que nós sejamos poucas vozes a gritar nesta tribuna, estaremos gritando em torno de pessoas, moradores, pessoas de bem que lutam dignamente apenas para terem direito a própria terra de onde nasceram", finalizou.

JUDICIÁRIO DEFINE PERÍODO PARA CORREIÇÃO ORDINÁRIA

O Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) definiu o período de 7 a 20 de janeiro para a realização anual de correções gerais ordinárias em todas as unidades jurisdicionais do Estado. O novo calendário será aplicado a partir de 2014. A decisão unânime se deu na sessão plenária do TJMA, conforme entendimento do relator, desembargador Lourival Serejo.

De acordo com o relator, a medida visa organizar as unidades, desde o início do ano e, desta forma, garantir uma melhor prestação jurisdicional à sociedade. “O assunto foi discutido com antecedência, a fim de que os magistrados se organizem em tempo hábil”, disse.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, informou que o tema será regulamentado por meio de Resolução.

JUÍZAS RECEBEM TÍTULO DE CIDADÃ URBANO-SANTENSE

A titular da Comarca de Urbano Santos, juíza Odete Maria Pessoa Costa, e a juíza da 3ª Vara da Comarca de Açailândia, Alessandra Costa Arcangeli, receberam, no último domingo (9), na Câmara Municipal de Urbano Santos, o título de Cidadã Urbano-santense. Instituída pelo Decreto nº 01/2013 da Casa, a homenagem foi conferida às magistradas "em razão do excelente trabalho desempenhado na comarca através de uma prestação jurisdicional célere, imparcial e de qualidade".

Na cerimônia, Odete Pessoa se disse enaltecida com o título. A titular da comarca agradeceu "a Deus pela graça de ser Juíza de Direito do Estado do Maranhão e reafirmou o compromisso de desempenhar seu trabalho com afinco para sempre solucionar as demandas que lhes são apresentadas com a maior agilidade e qualidade possível."

TJMA instala Turma Recursal de São Luís

O Poder Judiciário instalou ontem (11), às 10h, no Fórum Desembargador Sarney Costa, a Turma Recursal Cível e Criminal do Sistema de Juizados Especiais da comarca de São Luís, com previsão de realização das primeiras sessões de julgamento para o mês de julho. A TR de São Luís passa a julgar os recursos contra decisões de juízes das comarcas, oriundos das cinco antigas turmas recursais que funcionavam junto ao 7º Juizado Especial Cível do bairro Renascença II, que foram extintas e transformadas numa só. **PÁGINA 3**

TJMA instala Turma Recursal de São Luís

O Poder Judiciário instalou ontem (11), às 10h, no Fórum Desembargador Sarney Costa, a Turma Recursal Cível e Criminal do Sistema de Juizados Especiais da comarca de São Luís, com previsão de realização das primeiras sessões de julgamento para o mês de julho.

A TR de São Luís passa a julgar os recursos contra decisões de juízes das comarcas, oriundos das cinco antigas turmas recursais que funcionavam junto ao 7º Juizado Especial Cível do bairro Renascença II, que foram extintas e transformadas numa só.

Os julgamentos serão realizados três vezes por semana - às terças, quartas e quintas-feiras, a partir das 8h30 - na sala de sessões do 4º andar do fórum, onde a Turma Recursal funciona.

Os 15 mil processos físicos e virtuais que estavam em tramitação nas turmas extintas serão redistribuídos na próxima quinzena para os três juízes titulares designados pela presidência do TJMA para a nova turma recursal: Marco Antonio Teixeira (presidente), Samuel Batista e Manoel Aureliano, que tomaram posse no ato.

Representando o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, o corregedor geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, explicou que a criação de uma turma única deve-se à constatação do mau funcionamento do siste-

ma anterior, onde havia milhares de processos oriundos da capital e do interior do Estado, e os juízes presidentes das turmas respondiam também por seus juizados de origem, causando o acúmulo dos recursos.

A primeira providência tomada foi descentralizar o julgamento dos recursos, instalando turmas recursais em Bacabal e Chapadinha. Em seguida, foram afastados dos juizados três juízes designados para atuarem exclusivamente na Turma Recursal única. Antes da mudança, a Corregedoria promoveu cinco edições do mutirão processual "Pauta Zero", para reduzir a demanda de processos, hoje em torno de 15 mil recursos.

"Havia mais processos nas cinco turmas recursais que no Tribunal de Justiça. Era impossível a máquina funcionar, mas a culpa não era dos juízes, e sim do sistema que não estava produzindo bons resultados. Com a reestruturação, teremos três juízes exclusivos, com mandato de dois anos, e mais de 40 servidores para auxiliar os serviços", disse.

Segundo o juiz Marco Antonio Teixeira, presidente da Turma Recursal, nos próximos dias ocorrerá uma inspeção processual para analisar os recursos em tramitação e decidir sobre arquivamentos, homologação de acordo, desistências e outros casos. Os trabalhos vão começar

pelos recursos mais antigos e o que restar será redistribuído para a nova turma.

"Não vamos fazer o desafogamento dos recursos de outras comarcas que foram desmembrados da competência com a reestruturação da Turma Recursal de São Luís. Eles serão julgados e só depois devolvidos aos juizados de origem, para não sobrecarregar as turmas recursais criadas no interior, que vão passar a receber processos novos", informou o juiz.

Durante a solenidade, Cleones Cunha descerrou a placa inaugurativa da unidade e confirmou a instalação de mais turmas recursais nas comarcas de Presidente Dutra (12), Poção de Pedras (13), Caxias (14), Pimenteiro (27) e Balsas, na primeira semana de julho.

Para a juíza Márcia Coelho Chaves, supervisora dos juizados especiais, esse é um momento "ímpar" para a Justiça estadual, em que as turmas recursais foram reestruturadas, após a detecção de problemas graves, com número excessivo de recursos, mas que a partir de agora assumem nova feição, passando a desempenhar um trabalho mais efetivo.

José Nilo Ribeiro, juiz auxiliar da presidência do TJ, disse acreditar que a atribuição específica dos juízes designados para cuidar exclusivamente dos recursos dos juizados, resultará em maior

dedicação ao julgamento dos recursos e que a produtividade irá aumentar e, consequentemente, a demanda da região metropolitana seja melhor atendida.

Willington Conceição, presidente da comissão de acompanhamento dos juizados especiais da seccionária maranhense da OAB, reconheceu que essa ação do Tribunal e da Corregedoria atende aos anseios da advocacia no que diz respeito à solução dos problemas encontrados no grande acervo de processos, tendo em vista que a entrega efetiva da prestação jurisdicional somente ocorre após o julgamento dos recursos.

"É uma alternativa em que nós magistrados estamos acreditando que dará certo, devido à possibilidade da produtividade dos juízes e equipes serem muito grande e passível de resolver o problema do acúmulo de processos", destacou o juiz Adelvan Pereira, 3º vice-presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão.

COMPETÊNCIA - A TR de São Luís terá competência para julgamento dos recursos interpostos contra sentenças emitidas pelos juízes de juizados das comarcas da capital e de Alcântara. Barreirinhas, Humberto de Campos Icatu, Mata Roma, Morros Primeira Cruz, Raposa, Rosário, Santa Rita, Santo Amaro, Paço do Lumiar e São José de Ribamar.

Eliziane denuncia derrubada de casas sem ordem judicial em Ribamar

Eliziane denuncia derrubada de casas sem ordem judicial em São José de Ribamar

A presidente da Comissão de Direitos Humanos e das Minorias (CDHM), deputada Eliziane Gama (MD) denunciou na manhã de ontem (11), a derrubada de casas no Povoado de Engenho, em São José de Ribamar, sem ordem judicial para a reintegração de posse.

Segundo a parlamentar, a ação de despejo foi realizada com o apoio da Polícia Militar mesmo sem a Justiça ter dado decisão favorável ao ex-deputado que se diz proprietário das terras.

"Nossa preocupação é referente à comunidade do Engenho. Nós fizemos uma visita à comunidade em que cerca de 60 moradores fazem suas plantações e dois dias

depois da visita umas pessoas estiveram lá, inclusive com a Polícia Militar e passaram por cima das plantações. E agora foram lá com um trator e derrubaram as casas", relatou a deputada.

Eliziane lembrou que no mês passado a CDH fez uma visita in loco a área e verificou documentos apresentados pela comunidade, entre eles, o registro de nascimento de pessoas que nasceram na própria localidade. Ela esclareceu que existe uma ação na Justiça, mas não houve nenhuma liminar para a reintegração de posse.

"Há uma ação em curso na Justiça do ex-deputado Alberto Franco, mas não há nenhuma decisão liminar de reintegração de posse.

Falamos com a Dr.^a Livia, que é uma juíza que tem sensibilidade com a causa, e ela confirmou que não há nenhuma decisão para a derrubada até o julgamento, somente uma decisão para não haver construção de novas casas", explicou.

Na tribuna a deputada caracterizou a ação como vandalismo e lamentou que a ação mostra que a Assembleia Legislativa está sendo desrespeitada, já que desde o início a Comissão de Direitos Humanos está acompanhando o conflito.

"A Comissão de Direitos Humanos e esta Casa estão sendo afrontadas e desrespeitadas, porque se não há decisão judicial para isso, por que temos carro da Polícia

Militar do Estado do Maranhão fazendo o acompanhamento de tratores que estão derrubando casas e destruindo a plantação dos moradores?", questionou.

Em aparte o deputado Bira do Pindaré (PT) sugeriu que a Comissão de Direitos Humanos requeira o acompanhamento do Ministério Público. Ele explicou ainda que há documentos que provam que a propriedade é dos lavradores.

"É bom que se esclareça que a única decisão que o ex-deputado Alberto Franco tem é referente a outro território que é de Geniparana, e não tem nada haver com Engenho. Nós verificamos isso in loco, Geniparana é uma área, e, Engenho é outra", reforçou.

EM URBANO SANTOS

Vice-governador e secretário entregam prédio de pelotão da PM

O vice-governador Washington Luiz, acompanhado do secretário de Estado de Segurança Pública, Aluisio Mendes, e da prefeita de Urbano Santos, Iracema Vale, entregou, na tarde de segunda-feira (10), o 5º Pelotão da 4ª Companhia Independente da Polícia Militar à população daquele município.

A cerimônia, que fez parte da programação em comemoração pelos 84 anos de emancipação política do município de Urbano Santos, foi acompanhada por vários prefeitos da região do Baixo Parnaíba e suas comitativas, entre eles a de Chapadinha, Dulcylene Pontes; de Anapurus, Tina Monteles; de Paulo Ramos, Carmen Neto; de São Benedito do Rio Preto, Maurício Fernandes; e de Belágua, Adalberto Rodrigues.

"A entrega dessa unidade da Polícia Militar demonstra a preocupação e o compromisso que o poder público e a sociedade de modo geral têm com a questão da segurança. A Polícia Militar não tem medido os esforços para fazer do Maranhão um estado tranquilo", afirmou o vice-governador Washington Luiz.

A obra é fruto de uma parceria firmada entre a Secretaria de Segurança Pública (SSP) e as prefeituras de Urbano Santos, São Benedito do Rio Preto e de Belágua. A partir de agora os policiais militares contarão com uma nova sede, de 250 metros quadrados, com toda estrutura necessária para melhor prestar serviço aos moradores destas cidades.

O prédio tem gabinetes do comandante e do subcomandante, corpo da guarda, alojamentos com banheiros e ar



Vice-governador Washington Luiz, secretário Aluisio Mendes e prefeita de Urbano Santos, Iracema Vale, cortam fita inaugural do prédio

condicionado, sala de reserva de armamentos e equipamentos, escritório, copa e auditório com capacidade para 25 pessoas. Antes, a unidade da PM funcionava em uma pequena sala de 9 m², na Rodoviária da cidade. A SSP já tinha feito a entrega, no mês de maio, de uma motocicleta e uma viatura Pajero Dackar àquela unidade militar.

O secretário Aluisio Mendes agradeceu em nome do Governo do Estado a iniciativa das três prefeituras. "Essa é uma parceria inédita, uma atitude louvável desses três gestores que estão inovando na questão de políticas de segurança pública em nosso estado e espero que seja compartilhada por outros municípios. Isso mostra a responsabilidade também da administração municipal com a segurança da população, tendo em vista que o orçamento estadual é finito, e, portanto não atende a todas as demandas e necessidades de todos os 217 municípios. Aqui está a prova de que essa união de forças pode fazer a diferença", destacou o secretário.

Aluisio Mendes ressaltou ainda que agora os policiais terão um prédio digno para melhor desempenhar a nobre missão de garantir a ordem e a segurança em toda aquela região. "Hoje nossos policiais militares recebem um prédio digno. Tiramos os nossos homens de uma situação incômoda, já que eles estavam alojados em uma sala de nove metros quadrados. Os prefeitos dessa região entenderam o preceito da Constituição que diz que segurança é um dever do Estado, mas uma obrigação de todos, e quem ganha com isso é a população", avaliou.

Para a prefeita de Urbano Santos, Iracema Vale, a inauguração do prédio representa um sonho do município, que foi possível graças à união e a parceria de mais duas prefeituras e de empresários locais. "Urbano Santos agradece a atenção do Governo do Estado, que tem apoiado a nossa administração, ajudando a promover o crescimento e o desenvolvimento regional".

Também presentes à cerimônia, o desembargador Rai-

undo Barros; juiz Jamil Aguiar; secretários adjuntos de Inteligência e Ações Estratégicas da SSP, Laércio Costa; e de Educação, Fernando Silva; comandante geral da Polícia Militar, coronel Franklin Pacheco; superintendente adjunto de Polícia Civil do Interior, César Veloso; vereadores, secretários municipais, militares e comunidade local.

MAIS INAUGURAÇÕES

- Dando continuidade às comemorações do aniversário da cidade, a comitiva participou ainda das inaugurações do Sistema de Abastecimento de Água, do Centro Administrativo e do Quartel da Guarda Municipal. Ao final, as autoridades tiveram um encontro com os moradores.

Na ocasião, Aluisio Mendes anunciou que fará a doação, sob o sistema de comodato, de uma viatura para a Guarda Municipal a fim de aprimorar o trabalho e dar apoio às ações das forças policiais. O secretário elogiou a estrutura do órgão e disse que vai firmar também um convênio com a Polícia Militar para a capacitação do efetivo do órgão.

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) entrega os serviços de reforma do Fórum de Poção de Pedras nesta Quinta-Feira dia 13 de Junho. O prefeito Junior Cascaria juntamente com a primeira dama Carla Pinheiro Cascaria estão preparando tudo para receber o Desembargador Antônio Guerreiro Junior, presidente do TJMA na cidade que vai está em festa para receber as autoridades convidadas. A reforma do novo Fórum de Poção de Pedras vai levar muitos benefícios para a população da cidade.



JUDICIÁRIO

TJMA instala Turma Recursal de São Luís

O Poder Judiciário instalou na terça-feira (11), no Fórum Desembargador Sarney Costa, a Turma Recursal Cível e Criminal do Sistema de Juizados Especiais da comarca de São Luís, com previsão de realização das primeiras sessões de julgamento para o mês de julho. A TR de São Luís passa a julgar os recursos contra decisões de juízes das comarcas, oriundos das cinco antigas turmas recursais que funcionavam junto ao 7º Juizado Especial Cível do bairro Renascença II, que foram extintas e transformadas numa só.

Os julgamentos serão realizados três vezes por semana - às terças, quartas e quintas-feiras, a partir das 8h30 - na sala de sessões do 4º andar do fórum, onde a Turma Recursal funciona. Os 15 mil processos físicos e virtuais que estavam em tramitação nas turmas extintas serão redistribuídos na próxima quinzena para os três juízes titulares designados pela presidência do TJMA para a nova turma recursal: Marco

Antonio Teixeira (presidente), Samuel Batista e Manoel Aureliano, que tomaram posse no ato.

A primeira providência tomada foi descentralizar o julgamento dos recursos, instalando turmas recursais em Bacabal e Chapadinha. Em seguida, foram afastados dos juizados três juízes designados para atuarem exclusivamente na Turma Recursal única. Antes da mudança, a Corregedoria promoveu cinco edições do mutirão processual "Pauta Zero", para reduzir a demanda de processos, hoje em torno de 15 mil recursos.

Segundo o juiz Marco Antonio Teixeira, presidente da Turma Recursal, nos próximos dias ocorrerá uma inspeção processual para analisar os recursos em tramitação e decidir sobre arquivamentos, homologação de acordo, desistências e outros casos. Os trabalhos vão começar pelos recursos mais antigos e o que restar será redistribuído para a nova turma.

Tribunal de Justiça instala Turma Recursal Cível e Criminal da Comarca de SL

A unidade de São Luís julgará os recursos contra decisões de juízes das comarcas, oriundos das cinco antigas turmas que foram extintas e transformadas em uma única

O Poder Judiciário instalou ontem, às 10h, no Fórum Desembargador Sarney Costa, a Turma Recursal (TR) Cível e Criminal do Sistema de Juizados Especiais da Comarca de São Luís, com previsão de realização das primeiras sessões de julgamento para o mês de julho.

A TR de São Luís passa a julgar os recursos contra decisões de juízes das comarcas, oriundos das cinco antigas turmas recursais que funcionavam junto ao 7º Juizado Especial Cível do bairro Renascença II, que foram extintas e transformadas em uma única. Os julgamentos serão realizados três vezes por semana – às terças, quartas e quintas-feiras, a partir das 8h30 –, na sala de sessões do 4º andar do fórum, onde a Turma Recursal funciona.

Os 15 mil processos físicos e virtuais que estavam em tramitação nas turmas extintas serão redistribuídos na próxima quinzena para os três juízes titulares designados pela presidência do TJMA para a nova turma recursal: Marco Antonio Teixeira (presidente), Samuel Batista e Manoel Aureliano, que tomaram posse no ato.

Representando o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, explicou que a criação de uma turma única deve-se à constatação do mau funcionamento do sistema anterior, onde havia milhares de processos oriundos da capital e do interior do estado, e os juízes presidentes das turmas respondiam também por seus juizados de origem, causando o acúmulo dos recursos.

Descentralização - A primeira providência tomada foi descentralizar o julgamento dos recursos, instalando turmas recursais em Bacabal e Chapadinha. Em seguida, foram afastados dos juizados três juízes designados para atuarem exclusivamente na Turma Recursal única. Antes da mu-



O corregedor-geral da Justiça, Cleones Cunha, justificou a criação de uma Turma Recursal única

Competência

A TR de São Luís terá competência para julgamento dos recursos interpostos contra sentenças emitidas pelos juízes de juizados das comarcas da capital e de Alcântara. Barreirinhas, Humberto de Campos, Icatu, Mata Roma, Morros, Primeira Cruz, Raposa, Rosário, Santa Rita, Santo Amaro, Paço do Lumiar e São José de Ribamar.

O presidente do TJMA designou, em 24 de abril, os seguintes juízes como membros titulares da TR: Marco Antônio Netto Teixeira (presidente); Samuel Batista de Souza e Manoel Aureliano Ferreira Neto. Como suplentes foram indicados Lucas da Costa Ribeiro Neto, Talvick Atta de Freitas e Osmar Gomes dos Santos.

dança, a Corregedoria promoveu cinco edições do mutirão processual "Pauta Zero", para reduzir a demanda de processos, hoje em torno de 15 mil recursos.

"Havia mais processos nas cinco turmas recursais que no Tribunal de Justiça. Era impossível a máquina funcionar, mas a culpa não era dos juízes, e sim do sistema que não estava produzindo bons resultados. Com a reestruturação, teremos três juízes exclusivos, com mandato de dois anos, e mais de 40 servidores para auxiliar os serviços", disse.

Segundo o juiz Marco Antonio Teixeira, presidente da Turma Recursal, nos próximos dias ocorrerá uma inspeção processual para analisar os recursos em tramitação e decidir sobre arquivamentos, homologação de acordo, desistências e outros casos. Os trabalhos vão começar pelos recursos mais antigos e o

que restar será redistribuído para a nova turma.

"Não vamos fazer o desaforamento dos recursos de outras comarcas que foram desmembrados da competência com a reestruturação da Turma Recursal de São Luís. Eles serão julgados e só depois devolvidos aos juizados de origem, para não sobrecarregar as turmas recursais criadas no interior, que vão passar a receber processos novos", informou o juiz.

Durante a solenidade, Cleones Cunha descerrou a placa inaugurativa da unidade e confirmou a instalação de mais turmas recursais nas comarcas de Presidente Dutra (12), Poção de Pedras (13), Caxias (14), Pinheiro (27) e Balsas, na primeira semana de julho.

Reestrutura - Para a juíza Márcia Coelho Chaves, supervisora dos juizados especiais, esse é um momento "ímpar" para a Justiça

estadual, em que as turmas recursais foram reestruturadas, após a detecção de problemas graves, com número excessivo de recursos, mas que a partir de agora assumem nova feição, passando a desempenhar um trabalho mais efetivo.

José Nilo Ribeiro, juiz auxiliar da presidência do TJ, disse acreditar que a atribuição específica dos juízes designados para cuidar exclusivamente dos recursos dos juizados, resultará em maior dedicação ao julgamento dos recursos e que a produtividade irá aumentar e, conseqüentemente, a demanda da região metropolitana seja melhor atendida.

Willington Conceição, presidente da Comissão de Acompanhamento dos Juizados Especiais da seccional maranhense da OAB, reconheceu que essa ação do tribunal e da corregedoria atende aos anseios da advocacia no que diz respeito à solução dos problemas encontrados no grande acervo de processos, tendo em vista que a entrega efetiva da prestação jurisdicional somente ocorre após o julgamento dos recursos.

"É uma alternativa em que nós magistrados estamos acreditando que dará certo, devido à possibilidade da produtividade dos juízes e equipes ser muito grande e passível de resolver o problema do acúmulo de processos", destacou o juiz Adelvan Pereira, 3º vice-presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão.

Gravação

VIANA - A 2ª Vara da Comarca de Viana já está utilizando o sistema de gravação de audiências. A inauguração se deu nos autos do processo, que tem como réu Bertolino Lima Ferreira, acusado dos crimes de furto, falsidade ideológica e falsificação de documento particular. Segundo o titular da 2ª Vara de Viana, juiz Reginaldo de Jesus Cordeiro Júnior, além do acusado, foram ouvidas na ocasião três testemunhas de acusação e uma de defesa. O magistrado diz que a duração da audiência foi de cerca de uma hora. Sem a utilização do sistema, esse tempo seria bem maior.

Seleção

COLINAS - O despacho assinado pelo juiz Marcelo Elias Matos e Oka, titular da Comarca de Colinas, aponta os projetos vencedores da seleção que teve por objetivo a destinação de recursos arrecadados pelo Poder Judiciário da unidade em 2013, por meio de transações penais, prestações pecuniárias e suspensão condicional do processo ou da pena. Segundo o documento, quatro foram os projetos selecionados: *Harmonia da Vida*, do Educandário Elizabetta Renzi, *Aquisição de Instrumentos para a Orquestra Juarez Macedo*, da Associação dos Amigos de Colinas, além do *Revivendo a Adolescência*.

Divulgação/TRE



Presidente do TRE dá palestra aos membros da Igreja Católica

TRE informa sobre biometria à Igreja

Padres da Arquidiocese de São Luís ouviram José Bernardo sobre o cadastramento

Padres da Arquidiocese de São Luís receberam informações sobre o processo de implantação da biometria na manhã de ontem. O encontro foi agendado após visita do arcebispo dom Belisário ao presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, desembargador José Bernardo Silva Rodrigues.

"Desde o dia 23 de maio, a Igreja Católica aderiu ao projeto do TRE, se comprometendo em ajudar na divulgação aos eleitores da capital sobre a importância de se cadastrarem no sistema. Viemos

até a reunião dos padres para apresentar a eles os dados da biometria", explicou o desembargador José Bernardo Silva Rodrigues, presidente do TRE-MA.

Dom Belisário ficou entusiasmado com o resultado da reunião. "A Justiça Eleitoral tem feito um excelente trabalho. Pode contar com todos os padres e com o espaço da Igreja Católica. Desejo muito sucesso neste projeto", disse.

Outras instituições também estão ajudando o TRE no processo de biometrização. São elas: o Governo do Estado, Prefeitura de São Luís, Tribunal de Justiça, Assembleia Legislativa, Universidade Federal do Maranhão, Alumar, Vale, Caema, Polícia Militar e a imprensa.

Estado Maior

TJ só escolherá desembargador em duas semanas

Tudo indica que o novo desembargador do Tribunal de Justiça só será escolhido no dia 26. O motivo é o prazo para inscrição de candidatos, que termina sexta-feira, e o prazo para contestação, que se inicia imediatamente após o encerramento das inscrições. **Política 3**

Movimentos no Judiciário

Tudo indica que a escolha do novo desembargador do Tribunal de Justiça, que ocupará a vaga aberta com a aposentadoria compulsória do desembargador Raimundo Nonato Silva, será feita na sessão do dia 26, a última deste mês. A escolha será pelo critério do merecimento e os movimentos nos bastidores do Poder Judiciário indicam que está em curso uma disputa renhida.

A coluna consultou várias fontes e delas não ouviu nenhuma afirmação categórica sobre favoritismo em relação a esse ou àquele juiz. Até porque até ontem à tarde apenas três magistrados aptos a disputar a vaga haviam formalizado suas inscrições como candidatos: José Ribamar Castro (1ª Vara da Família), Tayrone Silva (4ª Vara Cível) e Angela Salazar (5ª Vara da Família). O prazo para inscrição de candidatura vai até as 18h de sexta-feira (14), e até lá pelo menos mais oito candidaturas serão inscritas, entre elas as dos juízes Luiz de França Belchior e João Santana.

Encerradas as inscrições, abre-se prazo de cinco dias úteis para contestações. Em seguida, a corregedoria terá de preparar um perfil detalhado de cada candidato. Se tudo correr dentro desse roteiro, o novo desembargador será escolhido no dia 26.

Os juízes Angela Salazar e João Santana entrarão na disputa com uma grande vantagem em relação aos demais. Os dois já disputaram vagas de desembargador e em duas disputas integram a lista tríplice saída de votação no Pleno e da qual sairá o desembargador. Se um deles entrar na lista, será automaticamente promovido. E se os dois entrarem, ambos estarão promovidos a desembargador. Como só tem uma vaga, ela será preenchida pelo primeiro. O segundo aguardará a vaga, para a qual será nomeado sem disputa.

Ninguém acredita que tal desdobramento possa ocorrer no Tribunal de Justiça. Mas, sobre o assunto, um desembargador experiente disse ontem à coluna: "Em se tratando do Pleno do Tribunal de Justiça, tudo pode acontecer". Vale aguardar.

CULTURA PAG. 04

Temporada Junina será aberta nesta quinta-feira em São Luís



O Arraial da Praça Maria Aragão contará com uma programação diversificada

Temporada Junina será aberta nesta quinta-feira em São Luís

Um cortejo, acompanhado por caixeiras do Divino Espírito Santo seguirá até a Praça Maria Aragão, anunciando a abertura dos festejos

Será ao som do toque das caixeiras do Divino Espírito Santo que a Prefeitura anunciará oficialmente, na Praça Maria Aragão, a abertura da Temporada Junina de São Luís. Com o tema "São João de São Luís - Festa de todas as cores", os festejos juninos terão início nesta quinta-feira (13), às 17 horas, com o benzimento do Mastro em homenagem aos santos da época: São João, São Pedro, São Marçal e Santo Antônio, o aniversariante do dia, na Igreja que leva seu nome, no Centro.

De lá, sairá um cortejo, acompanhado por caixeiras do Divino Espírito Santo que entoarão cânticos e toques, passando pela Rua 13 de Maio em direção à Praça Maria Aragão, onde o Mastro será erguido. O mastro de São João, conhecido em Portugal também como o Mastro dos Santos Populares, é erguido durante a temporada junina para celebrar os santos ligados a essa festa. No Brasil, no topo de cada mastro são amarradas em

lizando os santos.

A programação da noite de abertura, na Praça, contará com a apresentação do Tambor de Crioula Turma de Crioulos, do bairro Alemanha, às 19h; e, Cacuriá Assa Cana, do bairro Liberdade, às 20h. Já às 21 horas, sobe ao palco o Grupo Lamparina, que com sete anos de atividade, que promete agitar o Arraial com um repertório recheado de músicas populares maranhenses e algumas autorais.

A partir das 22h, a Trupiada da Ilha trará a apresentação, em conjunto, de cinco grupos de Bumba-meu-Boi: Miritiua, Itapera do Maracanã, Estrela Maior, João Paulo, Paço do Lumiar, todos em sotaque de matraca. E, encerrando a programação da noite, às 00h, o Boi de Axixá animará o público com as toadas já conhecidas por sua famosa orquestra. O Barracão do Forró também estará funcionando a partir das 20 horas com os melhores grupos de forró pé-de-serra da cidade.

A programação prossegue

até o dia 30 de junho. O Arraial da Praça Maria Aragão contará com uma programação diversificada, funcionando das 18h às 00h, de domingo a quinta-feira, e das 18h às 01h, sexta e sábado.

ESTRUTURA - Ao todo 19 barracas foram montadas para a comercialização de artesanato, bebidas e comidas típicas. No centro do Arraial, o tablado montado com as dimensões 20 x 16 cm e 1,20 cm de altura, permitirá que as apresentações artísticas sejam vistas de qualquer ponto da Praça. O palco principal (concha acústica da Praça), com mais de 400 m², estará preparado com uma megaestrutura de som e iluminação para abrilhantar ainda mais os shows musicais.

UMARRAIALEM CADA BAIRRO - Além do Arraial da Praça Maria Aragão, obedecendo à política de descentralização adotada pela gestão do prefeito Edivaldo Holanda Júnior, a Prefeitura apoiará diversos festejos juninos pela cidade, estimulando a organização e a participação das comunidades.



O Arraial da Praça Maria Aragão contará com uma programação diversificada

Enquanto nos anos anteriores eram realizados 30 dias de festa somente na Maria Aragão, este ano haverá mais um Arraial oficial da Prefeitura, no Largo da Feirinha Livre, entre os bairros Cohab e Cohatrac, acontecendo de 22 a 30 de junho.

Também, 51 arraiais serão apoiados, atendendo assim a população de quase todos os bairros, e estimulando a circulação de aproximadamente 100 atrações artísticas e culturais

nos diversos eventos espalhado pela cidade. Além destes, eventos tradicionais realizados por grupos independentes também serão apoiados, entre eles: Festa de Santo Antonio, Clarins da Ilha, Festa de São Pedro, Festa de São Marçal, Encontro de Bois de Zabumba.

PARCERIA - Este ano, a Prefeitura recebe o patrocínio da Sky e tem o apoio cultural da Brahma. Organizado pela

Func, a temporada junina também conta com a parceira de órgãos públicos e privados para que o público visitante se divirta em segurança com toda a família. São eles: Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (Smtt), Secretaria Municipal de Segurança com Cidadania (Semusc), por meio da Guarda Municipal, Blitz Urbana, Polícia Militar do Maranhão, Corpo de Bombeiros, 1ª Vara da Infância e Juventude, Delegacia de Costumes, Cemar, Secretaria Municipal de Saúde (Semus), por meio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semosp), Instituto Municipal de Paisagem Urbana (Impur), Secretaria de Segurança Alimentar (Sensa), Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Semmam), Secretaria Municipal de Turismo (Setur), Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo (Semurh) e Secretaria Municipal de Comunicação (Secom).

RECADASTRAMENTO

TRE repassa aos padres dados sobre biometria

Padres da Arquidiocese de São Luís receberam informações sobre o processo de implantação da biometria na manhã de ontem. O encontro foi agendado após visita do arcebispo Dom Belisário ao presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, desembargador José Bernardo Silva Rodrigues.

“Desde o dia 23 de maio, a Igreja Católica aderiu ao projeto do TRE, comprometendo-se em ajudar na divulgação aos eleitores da capital sobre a importância de se cadastrarem no sistema. Viemos até a reunião dos padres para apresentá-los os dados da biometria”,

explicou o desembargador José Bernardo Silva Rodrigues, presidente do TRE-MA.

Dom Belisário ficou entusiasmado com o resultado da reunião. “A Justiça Eleitoral tem feito um excelente trabalho. Pode contar com todos os padres e com o espaço da Igreja Católica. Desejo muito sucesso neste projeto”, disse.

Outras instituições também estão ajudando o TRE no processo de biometrização. São elas: o governo do estado, Prefeitura de São Luís, Tribunal de Justiça, Assembleia Legislativa, Universidade Federal do Maranhão, Alumar, Vale, Caema, Polícia Militar e a imprensa.

PRISÃO

Traficante é detido durante audiência em fórum

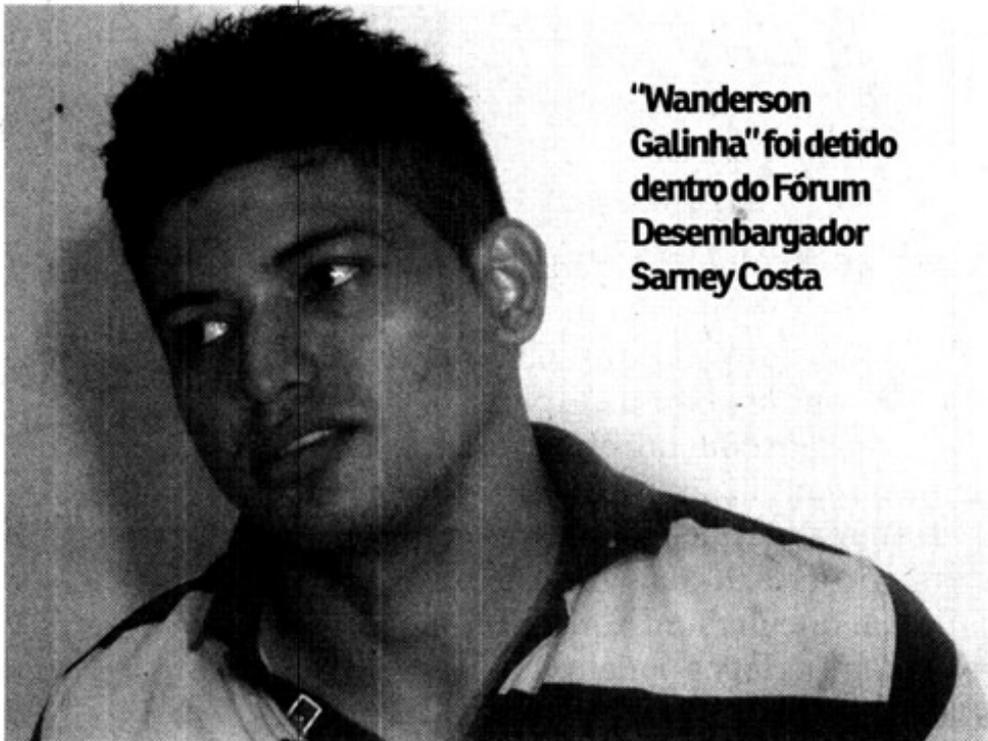
Ao se apresentar para uma audiência no Fórum desembargador Sarney Costa, no Cahau, o traficante Wanderson dos Santos Moraes, conhecido como "Wanderson Galinha", foi preso por determinação da Justiça.

Ele tinha um mandado de prisão decretado pelo juiz Itárcio Paulino da Silva, titular da 1ª Vara de Entorpecentes da Capital. A mãe e a irmã do acusado já haviam sido presas, e ele ainda não tinha sido localizado.

Depois de ter sido preso no

fórum, Wanderson Galinha foi encaminhado para o 7º DP no Conjunto Habitacional Turu, onde foi ouvido pelo delegado Paulo Márcio, que havia solicitado a decretação da sua prisão.

No relato feito à Justiça, o delegado aponta Wanderson Galinha como um dos principais comandantes do tráfico de drogas naquela região. Após prestar depoimento, Galinha foi encaminhado para o Centro de Detenção Provisória (CDP), no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. (S.A)



"Wanderson Galinha" foi detido dentro do Fórum Desembargador Sarney Costa

Em Bacabal

TJMA terá 30 conciliadores



O curso foi aberto pelo desembargador José Luiz Almeida, presidente do Núcleo de Solução de Conflitos

Estudantes da UEMA e da Faculdade de Educação de Bacabal (FEBAC) iniciaram esta semana curso de Formação de Conciliadores direcionado a quem vai atuar como conciliador nos dois Centros de Solução de Conflitos instalados pelo Tribunal de Justiça (TJMA) naquela comarca. O curso se estenderá até 21 deste mês, no auditório da FEBAC, reunindo 30 universitários das áreas de Direito e Administração.

Na aula inaugural, o presidente do Núcleo de Solução de Conflitos, desembargador José Luiz Almeida, ressaltou a importância dos centros de conciliação. "Demandas judiciais estão sendo solucionadas com a implantação de centros no Estado, na perspectiva de alcançarmos a pacificação social",

destacou o magistrado.

Coordenador do Núcleo, juiz Alexandre Abreu, falou aos futuros conciliadores sobre a "Política Pública de Tratamento Adequado de Conflitos", ao abrir o treinamento no auditório do Fórum Juiz Deusimar Freitas de Carvalho.

De acordo com o juiz Marcelo Silva Moreira, do Juizado Cível e Criminal de Bacabal, e que irá supervisionar os centros da comarca, "os conciliadores, por meio de técnicas específicas de resolução de conflitos, precisam ser bem capacitados para obter êxito na conciliação".

A diretora do campus regional da UEMA, Rozilma Soares Bauer, parabenizou o trabalho do Judiciário e a parceria com as duas instituições. "Nossos alunos vão ter a oportunidade de aliar a teoria à prática, vivenciando diversas situações e contribuindo para o bem-estar da sociedade", ressaltou.

A capacitação terá como instrutores os juízes Aureliano Ferreira Neto (Pindaré-Mirim), Carlos Roberto de Paula (2ª Vara de Bacabal) e Marcelo Silva Moreira; Fábio Chaves Martins (chefe de Divisão do Telejudiciário), Conceição de Maria Luna (analista judiciária), Fábio Gustavo Castelo Branco (secretário judicial do Juizado de Bacabal), Jesaias Silas da Silva (analista judiciário).

TJ-MA instala Turma Recursal de São Luís

O Poder Judiciário instalou na terça-feira (11), às 10h, no Fórum Desembargador Sarney Costa, a Turma Recursal Cível e Criminal do Sistema de Juizados Especiais da comarca de São Luís, com previsão de realização das primeiras sessões de julgamento para o mês de julho.

A TR de São Luís passa a julgar os recursos contra decisões de juízes das comarcas, oriundos das cinco antigas turmas recursais que funcionavam junto ao 7º Juizado Especial Cível do Bairro Renascença II, que foram extintas e transformadas numa só.

Os julgamentos serão realizados três vezes por semana – às terças, quartas e quintas-feiras, a partir das 8h30 – na sala de sessões do 4º andar do fórum, onde a Turma Recursal funciona.

Os 15 mil processos físicos e virtuais que estavam em tramitação nas turmas extintas serão redistribuídos na próxima quinzena para os três juízes titulares designados pela presidência do



DIVULGAÇÃO

A solenidade foi conduzida pelo corregedor Cleones Cunha

TJ-MA para a nova turma recursal: Marco Antonio Teixeira (presidente), Samuel Batista e Manoel Aureliano, que tomaram posse no ato.

Representando o presidente do TJ-MA, desembargador Antônio Guerreiro Júnior, o corregedor

geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, explicou que a criação de uma turma única deve-se à constatação do mau funcionamento do sistema anterior, onde havia milhares de processos oriundos da capital e do interior do estado, e os juízes

presidentes das turmas respondiam também por seus juizados de origem, causando o acúmulo dos recursos.

A primeira providência tomada foi descentralizar o julgamento dos recursos, instalando turmas recursais em Bacabal e Chapadinha. Em seguida, foram afastados dos juizados três juízes designados para atuarem exclusivamente na Turma Recursal única. Antes da mudança, a Corregedoria promoveu cinco edições do mutirão processual "Pauta Zero", para reduzir a demanda de processos, hoje em torno de 15 mil recursos.

"Havia mais processos nas cinco turmas recursais que no Tribunal de Justiça. Era impossível a máquina funcionar, mas a culpa não era dos juízes, e sim do sistema que não estava produzindo bons resultados. Com a reestruturação, teremos três juízes exclusivos, com mandato de dois anos, e mais de 40 servidores para auxiliar os serviços", disse.

Tribunal de Justiça terá 30 conciliadores em Bacabal

Estudantes da Uema e da Faculdade de Educação de Bacabal (Febac) iniciaram esta semana curso de Formação de Conciliadores direcionado a quem vai atuar como conciliador nos dois Centros de Solução de Conflitos instalados pelo Tribunal de Justiça (TJ-MA) naquela comarca. O curso se estenderá até 21 deste mês, no auditório da Febac, reunindo 30 universitários das áreas de Direito e Administração.

Na aula inaugural, o presidente do Núcleo de Solução de Conflitos, desembargador José

Luiz Almeida, ressaltou a importância dos centros de conciliação. "Demandas judiciais estão sendo solucionadas com a implantação de centros no estado, na perspectiva de alcançarmos a pacificação social", destacou o magistrado.

Coordenador do Núcleo, juiz Alexandre Abreu, falou aos futuros conciliadores sobre a "Política Pública de Tratamento Adequado de Conflitos", ao abrir o treinamento no auditório do Fórum Juiz Deusimar Freitas de Carvalho.

De acordo com o juiz Marcelo Silva Moreira, do Juizado Cível e Criminal de Bacabal, e que irá supervisionar os centros da comarca, "os conciliadores, por meio de técnicas específicas de resolução de conflitos, precisam ser bem capacitados para obter êxito na conciliação".

A diretora do campus regional da Uema, Rozilma Soares Bauer, parabenizou o trabalho do Judiciário e a parceria com as duas instituições. "Nossos alunos vão ter a oportunidade de aliar a teoria à prática, vivenciando di-

versas situações e contribuindo para o bem-estar da sociedade", ressaltou.

A capacitação terá como instrutores os juizes Aureliano Ferreira Neto (Pindaré-Mirim), Carlos Roberto de Paula (2ª Vara de Bacabal) e Marcelo Silva Moreira; Fábio Chaves Martins (chefe de Divisão do Telejuiciário), Conceição de Maria Luna (analista judiciária), Fábio Gustavo Castelo Branco (secretário judicial do Juizado de Bacabal), Jesaias Silas da Silva (analista judiciário).

■ Os padres e a biometria

Padres da arquidiocese de São Luís receberam, ontem, informações sobre o processo de implantação da biometria, durante encontro foi agendado após visita do arcebispo Dom Belisário ao presidente do Tribunal Regional Eleitoral, José Bernardo Silva Rodrigues.

“Desde o dia 23 de maio, a igreja católica aderiu ao projeto do TRE, comprometendo-se em ajudar na divulgação aos eleitores da capital sobre a importância de se cadastrarem no sistema”, disse o presidente do TRE-MA.

Dom Belisário ficou entusiasmado com o resultado da reunião. Outras instituições também estão ajudando o TRE no processo de biometrização: governo, Prefeitura, Tribunal de Justiça, Assembleia Legislativa, Ufma, Alumar, Vale, Caema, PM e a imprensa.

Judiciário define período para correição ordinária

O Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) definiu o período de 7 a 20 de janeiro para a realização anual de correições gerais ordinárias em todas as unidades jurisdicionais do Estado. O novo calendário será aplicado a partir de 2014. A decisão unânime se deu na sessão plenária do TJ-MA, conforme entendimento do relator, desembargador Lourival Serejo. De acordo com o relator, a medida visa organizar as unidades, desde o início do ano e, desta forma, garantir uma melhor prestação jurisdicional à sociedade. “O assunto foi discutido com antecedência, a fim de que os magistrados se organizem em tempo hábil”, disse. O corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, informou que o tema será regulamentado por meio de Resolução.

Recesso – O recesso forense ocorre normalmente de 20 de dezembro a 6 de janeiro. Este ano, o prazo foi estendido ao dia 20 de janeiro em atendimento a pedido feito pela OAB, para que os advogados tivessem um período de descanso das atividades profissionais.

Durante o recesso, o Judiciário trabalha em regime de plantão para garantir o acesso do cidadão à Justiça. Entretanto, não há sessões de julgamento ou audiências no Tribunal de Justiça e câmaras, em varas e juizados. Também são suspensos os prazos processuais e publicações de acórdãos, sentenças, decisões e intimações de partes e advogados de processos físicos e virtuais, em primeira e segunda instância, na Justiça estadual.



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 43/2013
Processo nº 10799/2013

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna público que fará realizar, sob a égide da Lei nº 10.520/02, Lei Estadual nº 9.579/12, dos Decretos nº 5.450/05, nº 3.555/00 e nº 7.892/13, do Decreto Estadual nº 28.493/12 e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, Tipo MENOR PREÇO, por LOTE (GRUPO), através do Sistema de Registro de Preços (SRP), para aquisição de equipamentos para Assessoria de Comunicação do TJMA, no dia 26/06/2013, às 10:00 horas (horário de Brasília), através do uso de recursos de tecnologia da informação, site www.comprasnet.gov.br, sendo presidida por Pregoeiro Oficial do TJ/MA, na sala da Divisão de Licitação e Contratos, situada na Rua Viveiros de Castro, 257, Alemanha, CEP: 65.036-710, São Luís/MA. O pregoeiro informa que o edital encontra-se disponível na página web do Comprasnet – endereço www.comprasnet.gov.br.

São Luís, 10 de junho de 2013.
André de Sousa Moreno
Pregoeiro TJ/MA